

Flüsser, vol 1967

Dos Dois Níveis da Gramática, ou da Teoria

VILEM FLÜSSER
São Paulo

UM dos temas centrais da filosofia atual é o da distinção entre significado e sentido. Pelo menos a partir do Tractatus de Wittgenstein sabemos que o problema existe. Apresenta-se aproximadamente da seguinte forma: O nosso intelecto consiste de pensamentos. Os nossos pensamentos consistem de conceitos. Os pensamentos são articulados por sentenças. Os conceitos são articulados por palavras. Quando pensamos, algumas vezes pensamos em algo. Aquilo no qual pensamos é o sentido dos nossos pensamentos. Outras vezes, ao pensarmos, não pensamos em nada. São pensamentos sem sentido. Há, pois, duas classes de pensamentos: pensamentos com e sem sentido. Conseqüentemente, há duas classes de sentenças: sentenças com e sem sentido. Um dos papéis mais importantes e mais promissores da filosofia é eliminar as sentenças sem sentido do nosso argumento. Podemos ver pela sentença mesma, se ela tem ou não tem sentido. Uma sentença construída de acôrdo com certas regras gramaticais tem sentido. Uma sentença infringindo certas regras gramaticais não tem sentido. O critério da distinção entre sentenças com e sem sentido é a análise gramatical da sentença.

O sentido da sentença é uma situação. A situação pode ser um fato, e neste caso a sentença será verdadeira. A situação pode não ser um fato, e neste caso a sentença será falsa. Há, pois, duas classes de sentenças com sentido: as verdadeiras e as falsas. Uma sentença sem sentido não é nem verdadeira nem falsa. A grande maioria das nossas sentenças não é nem verdadeira nem falsa: carece de sentido. A distinção entre sentenças verdadeiras e falsas não pode ser feita na sentença mesma. O critério desta distinção está de alguma forma dentro dos fatos. Não podendo vislumbrar o acesso aos fatos, está a filosofia atual profundamente perturbada pela distinção entre sentenças verdadeiras e falsas. O fácil recurso aos sentidos como testemunhas dos fatos (portanto o empirismo ingênuo), está mais ou menos fechado. Porque os sentidos são, por sua vez, fatos. O problema epistemológico e ontológico encerrado na distinção entre sentenças verdadeiras e falsas para, qual nuvem negra, sôbre a filosofia da atualidade.

O sentido da sentença é uma situação. A sentença articula a situação de alguma maneira. A sua maneira. A maneira pela qual a sentença articula a situação é a estrutura da sentença. A estrutura da sentença é uma relação regrada de palavras. Palavras se relacionam mutuamente de acôrdo com determinadas regras para formar uma sentença. E', pois, plausível de se supor que a situação

articulada pela sentença tenha uma estrutura correspondente à da sentença. E' plausível, mas há argumentos poderosos contra essa plausibilidade. Esqueçamos, provisoriamente, esses argumentos. Admitamos a hipótese da correspondência entre a estrutura da sentença e a estrutura da situação que lhe é sentido. Neste caso correspondem às palavras da sentença elementos da situação. As palavras significam esses elementos. Podemos chamar esses elementos «coisas», ou «relações entre coisas». As palavras significam coisas ou relações entre coisas. O sentido das sentenças são situações que são contextos relacionais entre coisas. * O significado das palavras são as coisas ou a relação entre elas. O significado das palavras está subordinado ao sentido da sentença, como subordinadas estão as coisas e as relações entre elas à situação. O sentido da sentença é resultado do significado das suas palavras. A situação é resultado da relação entre coisas. A língua, e a realidade por ela articulada, tem dois níveis: o do sentido e o do significado, o da situação e o das coisas.

Algumas palavras significam coisas, por exemplo as palavras «chofer» e «carro». Outras palavras significam relações entre coisas, por exemplo a palavra «guia». São palavras referentes. Outras palavras não significam nem coisas nem relações, mas regras, por exemplo a palavra «não». São palavras lógicas. A sentença «o chofer não guia o carro» consiste dessas palavras. O sentido dessa sentença é uma situação que consiste de coisas significadas pelas palavras «chofer» e «carro», de uma relação entre as coisas significada pela palavra «guia», e de uma estrutura regrada indicada pela palavra «não». A sentença «o chofer não guia o carro» tem sentido, porque obedece a determinadas regras. Não podemos dizer se ela é verdadeira ou falsa, sem recurso a um critério extra-sentencial, no momento inacessível. A sentença «o chofer se então guia o carro» não tem sentido, porque infringe determinadas regras. Podemos constatar isto pela sentença mesma. Embora essa sentença não tenha sentido, têm as suas palavras significado. A sentença «o chofer guia brrr» não tem sentido, porque a palavra «brrr» não tem significado. Uma sentença tem sentido, quando tôdas as suas palavras têm significado, e quando essas palavras se relacionam de acôrdo com determinadas regras.

As palavras referentes significam coisas ou relações entre coisas. As palavras lógicas significam a infra-estrutura da situação que é o sentido da sentença. Se assumirmos (como estamos assumindo neste momento), que a estrutura da sentença corresponde de alguma maneira com a estrutura da situação, devemos conceder que as situações da realidade têm uma infra-estrutura lógica significada por palavras como «não» e «se então». A nossa hipótese nos força a admitir uma misteriosa harmonia cartesiana e leibniziana entre sentença e situação, entre pensamento e realidade. Devemos postular, um tanto desesperadamente, um «concurus Dei». Desesperadamente, porque a palavra «concurus Dei» parece carecer de significado, já que se significa a si mesma, resultado que é de um esforço para articular uma relação extra-sentencial, portanto algo inarticulável. Procurarei mostrar, no que se seguirá, que a palavra «concurus Dei» não é apenas incômoda, mas ainda falsa, pelo menos no presente contexto. E procurarei mostrar o que pretendo, neste contexto, por «falsidade».

Há palavras com e sem significado. O critério da distinção entre palavras com e sem significado é aquêle conjunto de palavras chamado «uma língua». Se uma palavra puder formar pelo menos uma sentença com sentido nesse conjunto, terá significado. A palavra «table» tem significado dentro do conjunto da língua inglesa, porque pode ser formada pelo menos uma sentença com sentido com ela dentro daquele conjunto. A palavra «table» não tem significado dentro do conjunto da língua portuguesa. A palavra «brrr» não tem

* "Sachverhalte".

significado nem dentro do conjunto da língua inglesa, nem da portuguesa, embora possa imaginar (e construir), uma língua dentro da qual tenha significado. O significado da palavra é, pois, resultado de um convênio estabelecido de línguas. No caso do inglês e português o convênio não é aparente. No caso da língua química é aparente. A palavra «H₂O» tem um significado cuja origem convencional é aparente. A sentença «2H+O=H₂O» tem sentido, porque ocorrem nela palavras significativas de acôrdo com regras. A situação que é o sentido dessa sentença consiste, de acôrdo com a hipótese que estamos assumindo provisoriamente, de coisas significadas pelas palavras «2H», «O» e «H₂O», e de relações significadas pelas palavras «+» e «=». Mas é absurdo supor que uma convenção de significados pode de alguma forma «captar» (e que seja com o «concurus Dei»), uma situação da realidade. O absurdo da hipótese está velado pela possibilidade de traduzirmos a nossa sentença para uma sentença portuguesa, a saber: «dois átomos de hidrogênio e um átomo de oxigênio formam uma molécula de água». Já que o convênio estabelecido da língua portuguesa é inconsciente, e já que a sentença química é traduzível para uma sentença portuguesa, aceitamos o absurdo de uma correspondência entre significados convencionados e coisas da realidade.

A hipótese da correspondência entre sentença e situação, entre palavra e coisa, e portanto entre pensamento e realidade, poderia ainda ser salva. Bastaria provar que tôdas as sentenças são traduzíveis. E que nessas traduções é conservada a sua estrutura. Se isto fôsse o caso, poderíamos afirmar o seguinte: não importa que o significado das palavras seja convencional, já que a sentença espelha, pela sua estrutura, a estrutura da realidade. O sentido da sentença «this is a table» é idêntico com o sentido da sentença «isto é uma mesa», porque ambas as sentenças têm a mesma estrutura, que é a estrutura da realidade. A sentença química e portuguesa mencionadas têm a mesma estrutura, portanto o mesmo sentido, e não importa sejam de significado convencional as palavras da sentença química. Em suma: o significado das palavras é variável, a estrutura da sentença é constante, e é essa constante que «capta» a realidade que lhe é sentido.

Ao tentarmos assim salvar a harmonia misteriosa entre pensamento e realidade, fizemos um sacrifício grave. Sacrificamos as coisas. Não estamos afirmando mais que as palavras significam coisas, mas admitimos que significam, de maneira convencional, e às vezes deliberada, aspectos da estrutura da realidade. O «concurus Dei» tornou-se menos eficiente, e funciona, com efeito, apenas no nível do sentido, e não mais no nível do significado. No entanto, aparentemente está salvo. Embora toda língua projete as suas «coisas», estamos dizendo agora, toda língua articula as mesmas situações da realidade. Bem entendido: se, e somente se toda sentença fôr traduzível, e se, e somente se conservar, na tradução, a sua estrutura.

Infelizmente, as duas condições indispensáveis para a hipótese da correspondência não são o caso. Digo «infelizmente», porque a hipótese é plausível. E' impossível provar que toda sentença é traduzível para não importa que língua. A evidência depõe contra. E (o que é mais importante), não é verdade que em toda a tradução a estrutura da sentença original é conservada. A sentença portuguesa «tenho um livro» é traduzida para o russo por «u mienhá kniga». Na primeira sentença «eu» (escondido no «tenho») está no nominativo, e «livro» no acusativo. Na segunda «eu» está no dativo, e «livro» no nominativo. Isto para mencionar apenas duas das alterações da estrutura. Mas ambas sentenças têm o mesmo sentido. Qual é, pois, a estrutura desse sentido, que é uma situação da realidade? Terá a realidade estrutura portuguesa ou

russa? Ou terá outra estrutura, da qual a portuguesa e russa são cópias imperfeitas? E como posso saber qual essa estrutura misteriosa?

Ainda resta uma saída, muito penosa. E' esta: afirmar que entre tôdas as línguas há uma, preferencial e inspirada pelo hábito da realidade, e que todos os pensamentos são válidos se, e sómente se traduzidos para essa língua. E' o que propõe, se não me engano, o Islã, para o qual o árabe é a língua sagrada. E' ela o Verbo encarnado em símbolos e arabescos. Para quem carece da graça da fé islâmica, no entanto, o argumento em favor da preferência do árabe é singularmente fraco. A saída penosa não é viável. Estamos, aparentemente, condenados, pelo nosso argumento, a abandonar a hipótese de uma correspondência entre pensamento e realidade.

Afirmar que a saída penosa em direção de uma língua preferencial não é viável. Afirmativa precipitada. Com efeito, todos estamos tomando essa saída, inconscientemente. Acreditamos, cegamente, que a estrutura das línguas ocidentais é preferencial no sentido de ser ela a única a «captar» a realidade. Acreditamos que os nossos pensamentos (estruturados por essas línguas), captam a realidade, e a prova disto é o funcionamento da ciência. A ciência é um discurso moldado pela estrutura das línguas ocidentais; com efeito, é uma espécie de esperanto dessas línguas. Tende a articular-se matematicamente, e a matemática é a articulação da pura estrutura das nossas línguas. A ciência funciona. Isto prova que as sentenças da ciência são não apenas com sentido, mas ainda verdadeiras. Que portanto captam a realidade. As demais línguas de estrutura diferente, as línguas «primitivas», não passam de aproximação imperfeita dos nossos pensamentos. Não funcionam tão bem, com suas magias, suas meditações, seus exercícios de ioga. E funcionarão apenas se e quando traduzidas para a nossa estrutura, que é a da ciência exata. Somos, neste sentido espírito, maometanos.

Embora acreditemos, de fato, na estrutura da ciência como estrutura linguística preferencial, a nossa crença é insustentável. O nosso argumento em favor da hipótese inconfessa da superioridade da nossa estrutura é o funcionamento. E' um argumento fraco. Ao afirmar que a ciência funciona melhor que a magia, estamos introduzindo um elemento valorativo dificilmente quantificável. O andamanês pode afirmar que, para êle, a magia é o que funciona melhor, e encerrará o nosso argumento. Se formos honestos, devemos admitir uma relatividade de tôdas as estruturas linguísticas, embora possamos ainda aderir à nossa. E essa relatividade é, creio, efetivamente a posição para a qual uma argumentação cerrada nos condena.

Aceitemos essa posição corajosamente. Diz ela: nada posso afirmar quanto à realidade. O pensamento não é um instrumento adequado para a captação da realidade. Seja êle informado pela estrutura ocidental ou qualquer outra. Não há uma correspondência entre pensamento e realidade, e Deus não me ajuda neste sentido. Quando os meus pensamentos são de algo, êsse algo não é uma situação da realidade. E' uma situação projetada por meus próprios pensamentos. O mundo que penso é um mundo projetado pela estrutura da minha língua. E' neste sentido inócuo que os meus pensamentos espelham o meu mundo. E há tantos mundos quantas línguas há, «naturais» ou «deliberadas». O espaço euclidiano é tão «real» quanto o é o espaço riemanniano. As sentenças euclidianas são tão «verdadeiras» quanto o são as sentenças lobatshevskianas.* Se digo que os meus pensamentos são «mais verdadeiros» que os pensamentos de um intelecto informado por outra estrutura, se digo portanto que disponho

* O tempo circular é tão real quanto o é o tempo da entropia. Tôdas as formas intuitivas são equivalentes.

de um «concursum Dei», estou afirmando uma falsidade. Falsidade, porque sentença falsificável na tradução para outro contexto, embora verificável no meu próprio contexto.

Posso retomar agora o argumento que iniciei no começo dêste artigo. Discuti longamente a diferença entre sentido e significado, que é a diferença entre sentença e palavra. Pois êste problema se dá apenas na estrutura das nossas línguas. Apenas as nossas línguas dispõem dêsses dois níveis do discurso. Apenas nas nossas línguas posso distinguir entre regras que regem palavras (como declinação, conjugação etc.), e regras que regem as sentenças (como indicativo, condicional etc.). Nas línguas aglutinantes (da África), e isolantes (do Oriente Extremo), não existe essa duplicidade de regras. Não há, pois, nessas línguas, a distinção entre significado e sentido. O problema é tipicamente nosso.

Considerem as implicações dêsse problema. As nossas línguas dispõem de palavras (embora seja difícil dizer o que é uma palavra). Algumas entre essas palavras são nomes. Significam classes de algo. Alguns entre os nomes são nomes próprios. Significam classes de um único membro, ou pelo menos podem ser concebidos como significando isto. Nomes próprios são os limites da nossa língua. O nome próprio significa o dado. O nome próprio articula o inarticulado, ao apontar para êle com o dedo. Significa o «observado». Sentenças que contenham apenas nomes próprios e relações entre êstes são sentenças «observacionais». Articulam situações «observadas». Já sabemos que não podemos dizer o que seja «observação», sem cairmos em contradição ou em misticismo. Se restringirmos o nosso discurso apenas a sentenças contendo exclusivamente nomes próprios, estaremos articulando o observado.

Mas as nossas línguas permitem, graças a um mecanismo complexo e de difícil compreensão, de passarmos dos nomes próprios para nomes de classes com mais de um membro. Permitem a «generalização», a «indução», ou qualquer que seja o termo que preferimos usar para descrever o processo. Podemos usar sentenças que contenham, além de nomes próprios, também êsse tipo de nomes. Podemos chamar «teóricas» essas sentenças. A estrutura das nossas línguas permite teorias. E isto distingue radicalmente a estrutura das nossas línguas de tôdas as demais conhecidas. Os nossos intelectos são os únicos que têm uma visão teórica do mundo, graças à duplicidade de níveis do nosso discurso. E' óbvio, dada a posição relativista que estamos assumindo agora, que as demais estruturas linguísticas permitem visões que nos são vedadas. Mas a teoria é a nossa. Não dependemos exclusivamente da «observação», para pensarmos.

Kant distingue entre o fenomenal e as categorias da razão pura. «Fenomenal» seria o observacional, e «categórico» seria o teórico na nossa terminologia. A diferença é a seguinte: Para Kant é a razão pura, a razão teórica, um absoluto, digamos absolutamente humano. Para nós é aquilo que Kant chama de razão pura, o intelecto informado pela estrutura do nosso tipo de línguas. A teoria não é, como pensa Kant, uma faculdade humana, mas é uma técnica das nossas línguas. Se decidirmos a nos empenhar em nossas línguas, sabendo muito embora da relatividade das estruturas linguísticas, estaremos nos empenhando em teorias.

Em que pensamos quando pensamos? — Pergunta sem resposta, pelo menos sem resposta articulável. Pergunta que aponta as regiões da fé, e portanto campo da teologia. Não a façamos enquanto filosofamos. Mas podemos formular outra. Como pensamos quando pensamos? O presente artigo é um esforço modesto em prol de uma resposta.